

MULHERES QUILOMBOLAS: MEMÓRIA É ACERVO DE NOSSA HISTÓRIA

Maria José dos Santos

Mestre em Educação: História, Política, Sociedade - PUC /SP

Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiro – NEAB/UFPE

INTRODUÇÃO

O referido artigo¹ resalta a participação das mulheres na história da Comunidade Quilombola, das Onze Negras, no Município do Cabo de Santo Agostinho, situado a 35km, da Capital Recife, localizada no litoral Sul do Estado de Pernambuco, justifica-se a escolha deste por ser um dos estados do Nordeste que tem grande participação na história do país, nos aspectos econômicos, políticos e culturais, com índice elevado de afrodescendentes (62,2% de negros), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2005), além de ser uma região em que as origens das representações culturais são fundamentadas nas religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras.

Esse contexto político, cultural e religioso fez emergir o desejo de perceber quais as contribuições das mulheres no processo na formação da comunidade quilombola, especificamente do Quilombo das Onze Negras, no Cabo de Santo Agostinho (PE). Atento, nesta pesquisa, para a importância da trajetória das mulheres negras, sua contribuição no contexto educacional por meio de sua história até então desconhecida, silenciada e invisibilizada no decorrer da trajetória da educação brasileira. É nessa conjuntura que sentimos a necessidade de mergulhar na história e na historiografia, ressaltando as conquistas e os mecanismos que fizeram essas mulheres superarem os desafios que surgiram no decorrer de suas vidas, percebendo a constante preocupação com a manutenção da herança deixadas por seus antepassados, seja para seu aperfeiçoamento, seja para a formação do seu povo.

Procuro ainda, conhecer a história da comunidade quilombola, com base nas experiências das mulheres e em suas ações para a efetivação de políticas públicas e perpetuação de sua história. A escolha dessas mulheres ocorreu voluntariamente, embora tendo como prioridades os seguintes critérios: ser do Quilombo; ser mulher;

¹ Este artigo é resultado de um dos capítulos da dissertação do Mestrado defendida em Fevereiro de 2012.

permanência no Quilombo e contribuições prestadas, de alguma forma, para a educação no local.

Dentro desse perfil se apresentaram quatro mulheres que se dispuseram a relatar suas experiências vividas como educandas e educadoras. A aproximação com essas mulheres ocorreu em situação específica, com a preocupação inicial de representar uma forma de realizar a pesquisa sem ser de maneira neutra e distanciada. Considerando minha própria trajetória e meu envolvimento com as questões voltadas para a população quilombola, e em especial para a atuação das mulheres na história dos quilombos.

A proposta inicial desta pesquisa era estudar três comunidades quilombolas contemporâneas em Pernambuco: Quilombo Urbano de Xambá, em Olinda; Catucá, em Goiana; Onze Negras, no Cabo de Santo Agostinho. Porém, a restrição do tempo do mestrado e a opção pelas histórias de vida tornaram inviável analisar a história de mulheres quilombolas das três áreas. Além disso, precisamos também levar em consideração os aspectos e o papel do(a) pesquisador(a) na metodologia da história de vida, que, na explicação de Queiroz (1988, p. 20):

Outro aspecto fundamental da história de vida é ser ela uma técnica cuja aplicação demanda um longo tempo. Não é em uma ou duas entrevistas que se esgota o que um informante pode contar de si mesmo, tanto mais que a duração delas é limitada devido ao cansaço.

Daí a escolha de limitar o trabalho ao Quilombo das Onze Negras, onde, com o levantamento inicial, foi possível identificar a atuação das mulheres na liderança do quilombo, colocando a educação no centro do debate político e cultural.

A tradição oral pode ser considerada uma forma de manutenção de sua história, fonte de resistência e conservação da fé ao longo da sua trajetória de vida. Na medida em que o conhecimento é transmitido de geração em geração por meio da fala e da escuta, a palavra dita tem uma importante dimensão, pois traz consigo os valores sagrados e, na constante repetição, torna-se o repasse de saberes.

Assim, na perspectiva de respeitar a cultura de matriz africana e manter a memória histórica da oralidade deste povo, utilizo como metodologia de pesquisa a História Oral de investigação proposta por Thompson (1992) e Ferreira (1994), que permitem ressaltar a realidade, a identidade e a construção coletiva:

A história para o presente, é a história da construção de uma identidade respectiva, uma identidade que se deve construir a partir da igualdade, que é uma categoria que torna crível o diálogo. Uma igualdade que não significa similitude, monotonia, uniformidade, porque só as diferenças tornam interessantes os diálogos. (FERREIRA, 1994, p. 56)

Dessa forma, entendo que a tradição oral afro-brasileira se traduz num modo de vida que não se dá apenas na ausência da escrita ou do conhecimento estabelecido pela mesma. Esse modo de vida foi criado e recriado nas suas ações e significados através da oralidade. É visível o quanto o povo negro tem o poder de reconstruir, como percebe Queiroz (1988, p. 20), ao afirmar que “a história de vida, por sua vez, se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu”.

Essa transmissão de experiências das mulheres quilombolas por meio da oralidade é a maneira de ensinar e de aprender. À medida que expressam o que viram ou vivenciaram, transmitem um conhecimento e reelaboram novos saberes, contribuindo para a perpetuação da história de um povo. Por esses motivos é que ressalto o valor da palavra e da escuta, destaque principal desta pesquisa dentro da metodologia da história oral, a história de vida:

Dentro do quadro amplo da história oral, a “história de vida” constitui uma espécie ao lado de outras formas de informação também captada oralmente; porém, dada a sua especificidade, pode igualmente encontrar um símile em documentação escrita. Trata-se de tipos de documentos próximos uns dos outros, mas que é necessário distinguir, pois cada qual tem sua peculiaridade de coleta e de familiaridade. (QUEIROZ, 1988, p. 19)

O foco desta pesquisa é essencialmente a história de vida educacional das quilombolas, seja no seu cotidiano no quilombo familiar, seja na escola formal e informal, nas associações e organizações. Desse modo, o cotidiano das mulheres é fundamental para este trabalho, como reflete Pinsky (2005), ao garantir em seus escritos

que a história de vida tem como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a sua infância até os dias atuais, passando por diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou.

A história da comunidade quilombola das Onze Negras foi o objeto de estudo pela própria comunidade, resultando em um livro que relata a história do Quilombo. Essa publicação, que foi fruto da articulação das mulheres quilombolas com os órgãos governamentais do município, foi realizada pela Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho (PE), em 2007.

Em entrevista, Dona Fátima, da comunidade quilombola, expressa, por meio do seu olhar, o quanto é significativo o fato de ter em mãos um livro contando a história de seu povo, e que é fruto de sua luta junto às mulheres do Quilombo:

Este livro é uma forma da gente guardar a nossa história, repassar para nossos filhos, netos, bisnetos e não deixar morrer. É um registrar nosso feito com a fala da gente, somos um dos primeiros quilombos a ter sua história publicada pelas próprias mulheres. (DONA FÁTIMA, entrevista em 17 de janeiro 2011)

A entrevistada segurava o livro como algo de grande importância. A firmeza da pegada e o movimento de abraçar o livro transmitiram a sensação de que ela estava abraçando a sua própria história, ali relatada: “*A senhora já pensou? Uma história contada por nós em um livro? É a certeza de que não vai se perder, porque está aqui escrito. E ainda mais: fomos nós, mulheres, que lutamos por isso, é o sacrifício da gente junto aos órgãos públicos*” (DONA FÁTIMA, 17 de janeiro de 2011).

O livro ressaltado pela entrevistada, uma das principais fontes para se estudar a comunidade das Onze Negras, revela que sua formação ocorreu nos anos de 1940, quando três famílias migraram da capital e do interior de Pernambuco para o Cabo de Santo Agostinho, em busca de trabalho nas terras da Usina Santo Inácio. As famílias, em sua maioria, vivem do cultivo da cana-de-açúcar e irrigação, nos trabalhos domésticos na casa do usineiro:

Nessa época já era disseminada a prática pelos usineiros de oferecer emprego à mão de obra assalariada com aproveitamento sazonal. Contudo, os salários eram baixos, os

trabalhadores rurais explorados, pois não lhes eram garantido nenhum direito trabalhista e a sua produção comercializada por um preço baixo no mercado. Além disso, existia a exploração infantil, mão-de-obra não remunerada. (ONZE NEGRAS, 2007, p. 19)

É importante perceber como a história de exploração e opressão vai se perpetuando, especialmente no que se refere ao trabalho infantil e à desvalorização do trabalhador rural. Os parentes desses trabalhadores rurais enfatizam esse período como a experiência mais dura em suas vidas. Desta forma, através da plantação de cana-de-açúcar e da permanência praticamente obrigatória no local, formou-se uma comunidade negra de ex-escravizados no Cabo de Santo Agostinho, como descrevem os relatos no livro das Onze Negras (2007, p. 20)

Essa comunidade foi fundada no Engenho Trapiche, nas imediações onde hoje está instalada a Ambev, indústria especializada na produção de bebida alcoólica. Essas terras eram propriedade da Companhia de Revenda e Colonização-CRC, e eram usadas pelo dono da Usina Santo Inácio de forma indevida, visto que o usineiro não pagava ao Estado pela ocupação do solo.

Segundo os moradores mais antigos da comunidade, como Dona Conceição, nessas localidades também viviam funcionários e existia a casa grande, habitação dos proprietários da usina.

Na época da moagem da cana, os trabalhadores de outras usinas dos arredores do Cabo de Santo Agostinho, que tinha sua economia centrada no desenvolvimento da monocultura da cana-de-açúcar, vinham em busca de emprego e moradia até o final da moagem. Depois desse período, as famílias sobreviviam da pesca, do cultivo da terra, sem energia elétrica e sem água encanada, e embora os trabalhadores fossem assalariados, não tinham o direito de receber seu ordenado, pois os apontadores

(administradores e fiscais) repassavam o dinheiro para os donos dos barracões, obrigando as famílias a ficarem reféns dos altos valores dos alimentos de seus estabelecimentos. Esses trabalhadores tinham como meio de transporte apenas animais como o cavalo, o burro, o boi ou o jumento, cadeira e redes para o socorro de doentes. (ONZE NEGRAS, 2007)

No decorrer da história desses trabalhadores e trabalhadoras, houveram casamentos, dando origem às três famílias que fundaram o Quilombo: Sr. Manoel da Silva e Sr^a. Antônia Maria da Silva, Sr. Paulino Luis da Silva e Sr^a. Antonieta Maria da Silva; Sr. Manoel Marques da Silva e Sr^a. Severina Marques da Silva. Os descendentes dessas três primeiras famílias moram no Engenho Trapiche² por mais de trinta anos. E, atualmente, encontramos descendentes diretos dessa primeira geração vivendo nesse local, como partilha conosco Dona Conceição:

Lembro que meu pai contava que a avó dele, minha bisavó, era angolana, e papai dizia que ela não vestia roupa, vivia com um rabichinho (pequeno pedaço de pano), com os peitos de fora. Quando chegava visita, papai dizia: “coloca uma roupa nela, que hoje vem visita”. Vestiam um casaquinho nela, daqui a pouco ela dizia “não quero isso não”, aí tirava o casaco. Era coisa que papai contava aos pouco, mas eu pouco me importava quando papai falava isso. Se fosse hoje, é claro, eu teria explorado. Foi depois disso que viemos relembrar que tínhamos descendentes quilombolas. (DONA CONCEIÇÃO, entrevista em Setembro de 2011)

Estas lembranças de Dona Conceição expressam uma maneira de nos fazer perceber como esse povo preserva as suas histórias, sua cultura e suas terras. Foram tetemunhos como esse que fizeram com que o Quilombo das Onze Negras fosse reconhecido pelos órgãos federais.

² Engenho Trapiche é o nome dado às terras que ficam nas imediações do engenho, onde hoje se encontra o Quilombo das Onze Negras e as instalações da Ambev, indústria especializada na produção de bebidas alcoólicas.

Dona Conceição prossegue relatando como ocorreu a intervenção nas terras quilombolas, a partir do surgimento da rodovia que liga a cidade de Recife ao Cabo de Santo Agostinho, a BR 101.

Quando nós fomos morar ali, não existia a BR ainda! A BR surge quando fomos morar lá em cima, próximo ao atual posto de gasolina, onde tem as bananeiras. Inclusive, quando vieram para fazer a BR eles perguntaram a papai se ele queria ficar ali próximo à pista, mas papai disse que não, pois tinha muitas crianças. Por este motivo fizeram a nossa casa no Passarinho (nome do local), depois fomos morar próximo da igreja. Eu vim de Recife tinha dois anos de idade. Como já falei, morávamos ali bem na entrada do Quilombo, era a minha casa e a casa do avô de Fátima, que era compadre de papai. Aí papai foi fazer uma casa de taipa mais pra dentro; ao invés de ir para a cidade, ele se afastou. Foi quando fizeram todo o planejamento da BR, primeiro era estrada de terra bem apiladinha (aterramento plano). Foi bom porque indenizaram, papai recebeu o dinheiro da casa, porém muitos não quiseram ficar por aqui. Papai, meu compadre, o pai e a mãe de Fátima que moravam lá por trás da igreja, foi quem ficou. Tinha a casa de seu Paulino e tinha a casa do Cabo, tinha a casa de seu Du, que era tio de Fátima, mais abaixo tinha a casa de seu Joaquim, seu José. Depois foi que indenizou o pessoal para morar aqui. Juntou todo esse pessoal e seu Neco do lote 7, seu Zé Luis, que por parte de pai era tio de Fátima, aí cada um fez a sua casa. (DONA CONCEIÇÃO, entrevista em Julho de 2011)

Esse cenário de resistência das famílias em permanecer no território nos remonta às lutas de nossos antepassados. Dona Conceição prossegue:

Nós ficamos morando aqui, fomos os primeiros a chegar, papai, compadre Pedro e seu Paulino, que morava com a mãe dele, do outro lado veio pra cá porque ele estava de namoro com a

comadre Toinha. Esses pegaram, cada um, um lote. Depois as famílias foram crescendo, crescendo até tornar-se uma verdadeira cidade só de familiares. (Janeiro de 2011)

Dona Fátima confirma esse relato de Dona Conceição, complementando:

Papai e os três irmãos dele, e meus avôs, disseram que queriam morar no engenho. Isso aqui era uma moita só de mata virgem. Mata, mata mesmo. Fizeram uma casinha de barro e ficaram morando, aí ficaram três lotistas. Papai e minha mãe vieram para cá, os três irmãos, ainda garotinhos, cortando cana. Aí, pronto, com a casinha de barro, papai casou e foi crescendo, crescendo. Era tudo casa de palha, não tinha casa de alvenaria. (Setembro de 2011)

Nos relatos das mulheres, é possível perceber que, com o avanço da cidade do Cabo de Santo Agostinho – especialmente com o complexo industrial e o desenvolvimento econômico na década de 1960 – e com a abertura de uma rodovia que dá acesso à capital, Recife, cortando a área dos moradores, os trabalhadores e familiares buscaram uma negociação. Porém, foram obrigados a desocupar as terras da Companhia de Revenda e Colonização, como registra o livro das Onze Negras (2007, p. 21): “Nesse processo de desocupação, os moradores recebem uma indenização do governo do Estado, que poderia ser realizada através do pagamento em dinheiro ou por meio da construção de uma casa para a família no local que eles escolhessem”.

Embora com todos os problemas na estabilidade e estruturação, foi proposta a retirada do local das famílias que ali moravam, mas os descendentes dessas três famílias permaneceram lá. Tomaram a decisão de comprar para cada uma das famílias um lote e escolheram uma área ainda nas imediações do Engenho Trapiche, mas que ficasse um pouco distante da rodovia. Compraram o lote³ mais barato que encontraram, aproveitando o valor da indenização, para construir as casas das famílias. Desse modo, a comunidade quilombola das Onze Negras do Cabo de Santo Agostinho assegurou suas terras, se diferenciando das histórias da maioria das comunidades existentes no país.

³ Documentação como certidão de compra.

Explica-se como ocorre a formação do Quilombo nessa conjuntura específica, constituída pela transformação do processo a partir da migração da população afro-brasileira e africana do interior do estado para a capital, tendo como um dos motivos o complexo de indústrias no Cabo de Santo Agostinho. Esse contexto explica a singularidade desse quilombo:

Um quilombo encravado entre engenhos de açúcar, bem no meio de um complexo industrial, a pouco mais de uma hora de distância da capital pernambucana. A comunidade das Onze Negras no município do Cabo de Santo Agostinho, Região Metropolitana do Recife, tinha tudo para se transformar numa área urbana. Seus membros, porém, preservam muitas tradições de seus ancestrais, além de resgatarem manifestações artísticas e culturais do passado. (CENTRO CULTURAL LUIZ FREIRE, 2011, p. 32)

A comunidade, no entanto, ainda não era reconhecida como Quilombo das Onze Negras, pois, de acordo com o livro das Onze Negras (2007) a mesma recebe vários nomes, como, por exemplo, Burrama, por causa da criança que não sabia falar corretamente o nome do animal que não resistia à carga e caiu. A criança saía gritando “burrama morreu!”; burrama era igual a “burra”. O segundo nome foi Pista Preta, usado devido ao piche, produto químico utilizado nas estradas e asfaltos. Só em 1999, com a fundação da AMPRUQUION, a comunidade passa a ser reconhecida pelo nome de Onze Negras, com a intenção de homenagear o time de futebol existente no Quilombo. É possível observar nos contatos com as mulheres da comunidade o seu empenho na administração do Quilombo. Elas assumem a liderança desde a fundação, assim como na legalização das terras, durante o processo de reconhecimento. Como registra o livro, essa organização das mulheres vem de um processo histórico:

A Comunidade Quilombola das Onze Negras, desde a sua fundação, há trinta e nove anos, é liderada por mulheres. Essa liderança vem garantindo conquistas importantes no âmbito da assistência social, educação e saúde para os remanescentes quilombolas do Engenho Trapiche, localizado no Cabo de Santo

Agostinho. Do grupo pioneiro que fundou a Associação dos Moradores, Pequenos Produtores Rurais e Quilombola Onze Negras do Engenho Trapiche – AMPRUQUION, quatro mulheres faleceram, sendo substituídas por outras do mesmo núcleo familiar ou que guardavam entre si alguma relação social. (ONZE NEGRAS, 2007. p. 27)

A forma como se organiza essa comunidade quilombola tem demonstrado possuir alguns diferenciais. Primeiro, ser liderada por mulheres, algo que nos escritos dos pesquisadores em relação à formação dos quilombos pouco se destaca. Segundo, o repasse das lideranças de geração a geração, com um elo familiar ou de convivência no Quilombo, mostrando o fortalecimento e a resistência da continuidade da luta pelo coletivo. Neste contexto, em diversas regiões, revivem o legado dos seus antepassados como reflete Siqueira (2005, p. 38)

São núcleos vivos de iniciativa comunitária, identitária, sem perder de vista as dinâmicas das transformações históricas-políticas-culturais, ocorridas no decurso de tantos séculos, que essas tradições atravessam em tempos e espaços diferentes.

Segundo a publicação do livro das Onze Negras, ao longo das quatro décadas, muitas coisas mudaram. O número de moradores vem aumentando, estimando-se, atualmente, a existência de 486 famílias, sendo 32 idosos, 250 adultos, 250 adolescentes, 200 pré-adolescentes e 65 crianças. Devido ao crescimento, a organização e as necessidades da comunidade são diversas. Em relação aos aspectos socioeconômicos, as famílias vivem do trabalho de pedreiros e domésticas, e sobrevivem, ainda, de programas e projetos de geração de emprego e renda da prefeitura, além da agricultura familiar. Segundo Dona Fátima:

O Quilombo é reconhecido hoje graças à luta das mulheres que tiveram coragem de deixar filhos, filhas e família para correr atrás, junto com outras quilombolas e organizações. Era uma luta de todos, mas ainda tinha gente que não entendia e interpretava com maldade. Mas a gente não esmorecia, ia em

frente, até conseguir. Trouxemos a Universidade Federal de Pernambuco, pesquisadores e historiadores, como aquele menino que é professor, José Bento, tudo pra dentro da nossa comunidade. E, graças a Deus, o grande dia que foi quando chegou aqui a Fundação Palmares, a pessoa da secretária das Políticas Públicas da Igualdade Racial, Dr^a Denize, foi a maior alegria para todos nós. (DONA FÁTIMA, entrevista em Janeiro de 2011)

Esse reconhecimento vai além da permanência na terra – solo consagrado pelo esforço dos antepassados das três famílias – e da preservação da cultura, como reafirma:

O respeito aos antepassados também levou a localidade a conquistar a posse definitiva das terras onde vivem seus moradores. Isso vai garantir maior qualidade de vida e de oportunidades às próximas gerações de quilombolas. (CENTRO CULTURAL LUIZ FREIRE, 2011, p. 32)

Mesmo sendo reconhecida, a comunidade quilombola das Onze Negras vem sofrendo com a invasão dos proprietários das fábricas que estão nas proximidades do Quilombo, chegando a prejudicar a saúde da população com o uso de matérias químicas e já ocupando parte de suas terras.

Imagem – Entrada do Quilombo: invasão da fábrica Novo Projeto



Área interditada pela Secretaria do Meio Ambiente (construção do galpão da fábrica). Quilombo das Onze Negras. Foto: Maria José dos Santos (Janeiro de 2011).

A **Imagem** retrata o estado da entrada do Quilombo, com as terras que foram devastadas pela fábrica Novo Projeto⁴, exatamente na rua que dá acesso à comunidade quilombola, dificultando a entrada de veículos, o único meio de transporte que conduz os moradores até o centro do Cabo Santo Agostinho. Dona Conceição, moradora do local, expressa a sua indignação diante dessa falta de respeito com a comunidade e relata o fato:

Saíram arrancando tudo e enterrando as árvores de macaíba, mangueira, azeitona, e enterrando os canos de água, tanto que faltou água e ficamos sem energia elétrica, porque os fios foram aterrados, prejudicando os nossos eletrodomésticos. (DONA CONCEIÇÃO, entrevista em 20 de janeiro de 2011)

As mulheres da Associação da Comunidade Quilombola das Onze Negras, na pessoa de Dona Fátima, recorreram ao Ministério Público de Pernambuco, que foi informado da situação e tomou todas as providências cabíveis, a começar por embargar a obra. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) foi igualmente informado e acionou seu corpo de fiscais para inspecionar a área e tomar as medidas de proteção ambiental.

Essas lutas das quilombolas em prol das terras da comunidade e todo seu empenho em resguardar este espaço demonstram que essas mulheres vivenciam o que Perico (2009) chama de *território*. Em suas ações, elas destacam a organização em prol da comunidade quilombola, em processos concretos que buscam alcançar os objetivos comuns, de forma que tanto o espaço quanto seus componentes adquirem expressões territoriais, possibilitando que a pertinência, a apropriação e o empoderamento sejam pontos de partida para uma mobilização concreta. Tais ações trazem como consequências maior fundamentação em suas reivindicações, asseguram sua identidade e suas heranças culturais.

Ao serem indagadas sobre o significado de *quilombo*, podemos entender o sentido do pertencimento a um lugar especial, embora o termo seja para estas mulheres uma reflexão muito recente:

⁴ Empresa Novo Projeto. Fábrica de espumas para colchões e móveis tubulares, instalada nas mediações do Quilombo.

Dona Conceição: Eu não sabia que eu era quilombola, aprendi que são os moradores de quilombos e me orgulho das minhas origens. (19 de janeiro de 2011)

Dona Maria José: Até hoje, diante da situação em que estamos como quilombolas, ainda falta muita coisa para ser reconhecida de fato em nossa comunidade. (19 de janeiro de 2011)

Dona Fátima: Eu já sabia que era negra e descendente de escravos desde a minha infância. Orgulho-me da minha origem, da minha ancestralidade negra. (ONZE NEGRAS, 2007, p. 30)

Para as mulheres, o ser quilombola, assim como o conceito de *quilombo*, surgiu nos últimos anos, por ser uma discussão nova nas agendas governamentais. Embora o movimento negro organizado tenha traçado uma trajetória de ações políticas, com diversas formas de intervenção junto ao governo federal, estadual e municipal – através de assembleias, caminhadas, projetos de lei e conferências –, é somente a partir desta década que se ampliam as discussões no interior dos quilombos, por meio de reflexões com outras comunidades e cursos promovidos pela Comissão de Articulação das Comunidades Quilombolas. Porém, a luta das mulheres negras para que suas ações sejam reconhecidas pela sociedade brasileira ainda é um grande desafio, mas elas continuam a buscar seus espaços e vão rompendo com as diversas formas de preconceitos.

REFERÊNCIAS

- FERREIRA, Marieta de Moraes. *História Oral Multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro-RJ: Diadorim editora Ltda, 1994.
- PERICO, Rafael Echeverry. *Identidade e território no Brasil*. Tradução de Maria Verônica Morais Souto, - Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.
- PINSKY, Carla Bassanezi, (Org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. 1988. *Relatos Oraís: do “Indizível” ao “Dizível”*. In. SIMSON, Orga Morais Von. *Experimentos com História de Vida* (Itália - Brasil), São Paulo: Vertice, 2005.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SIQUEIRA, Maria de Lurdes. In. *Valores afro-brasileiros na educação*. Boletim 22 Novembro. Ministério da Educação, 2005.

FONTES DOCUMENTAIS:

BRASIL- *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de história e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília-DF, 2004.

BRASIL. *Educação anti-racista: caminhos abertos para a Lei Federal nº 10.639/03*/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília-DF, 2005.

BRASIL. *Constituição da República Federal do Brasil*. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação-MEC. Brasília, 2003.

CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE. *A formação dos Quilombos no Sertão de Pernambuco*. Comissão Estadual de Pernambuco, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de Indicadores Sociais*. Uma Análise das Condições de Vida da População brasileiras, 2010.

FONTES ORAIS:

MARQUES, Maria da Conceição. Depoimento (jan. junho, agosto e setembro, 2011). Entrevistadora: Maria José dos Santos, Comunidade Quilombola das Onze Negras- Cabo de Santo Agostinho – PE. Entrevista concedida para dissertação “ A trajetória Educacional de quilombolas no Quilombo das Onze Negras do Cabo de Santo Agostinho-PE.

ONZE NEGRAS, Comunidade Quilombola do Cabo de Santo Agostinho-PE, 2007.

SANTANA, Maria José de. Depoimento (jan. junho e agosto, 2011). Entrevistadora: Maria José dos Santos, Comunidade Quilombola das Onze Negras- Cabo de Santo Agostinho – PE. Entrevista concedida para dissertação “A trajetória Educacional de quilombolas no Quilombo das Onze Negras do Cabo de Santo Agostinho-PE”.

SANTANA, Valdirene Maria de: Depoimento (jan. junho e agosto, 2011). Entrevistadora: Maria José dos Santos, Comunidade Quilombola das Onze Negras- Cabo de Santo Agostinho – PE. Entrevista concedida para dissertação “A trajetória

Educacional de quilombolas no Quilombo das Onze Negras do Cabo de Santo Agostinho-PE.

SILVA, Maria José de Fátima. Depoimento (jan. junho, agosto e setembro, 2011).

Entrevistadora: Maria José dos Santos, Comunidade Quilombola das Onze Negras-Cabo de Santo Agostinho – PE. Entrevista concedida para dissertação “ A trajetória Educacional de quilombolas no Quilombo das Onze Negras do Cabo de Santo Agostinho-PE.